

GASTOS MILITARES - PROBLEMÁTICA CONCEITUAL E PARADIGMAS ECONÔMICOS

Vinícius Damasceno do Nascimento¹

RESUMO: Na evolução das guerras é possível identificar a importância do estudo dos Gastos Militares. Embora existam estudos sobre o assunto que se desenvolveram ao longo da história da própria humanidade, ainda existem problemas conceituais e uma diversidade de paradigmas econômicos que podem ser considerados. Desta forma, o presente trabalho se propõe a realizar uma revisão bibliográfica para compreender a persistente e, ainda, atual problemática da conceituação do que é Gasto Militar, bem como identificar os paradigmas econômicos existentes mais relevantes. Com isso, espera-se contribuir, teoricamente, com o ambiente acadêmico, especificamente as Ciências Política e Militar.

Palavras-chave: economia de defesa, gastos militares, paradigmas, orçamento de defesa.

Abstract: In the evolution of wars it is possible to identify the importance of the study of Military Expenditures. Although there are studies on the subject that have developed throughout the history of humanity itself, there are still conceptual problems and a diversity of economic paradigms that can be considered. In this way, the present work proposes to carry out a bibliographical review to understand the persistent and still current problematic of the conceptualization of what Military Spending is, as well as to identify the most relevant existing economic paradigms. With this, it is hoped to contribute, theoretically, to the academic environment, specifically Political and Military Sciences.

Keywords: defense economics, military spending, paradigms, defense budget.

¹ Doutorando do Programa de Ciências Militares do Instituto Meira Matos, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

1 INTRODUÇÃO

Os gastos militares possuem relevância para os Estados por serem uma questão de sobrevivência nacional, tendo implicações para a estabilidade nacional, regional e global (BÖHMELT & BOVE, 2014, p. 1). Por isso, em que pese envolvam altos custos, os mesmos não podem ser interrompidos (ALMEIDA, 2001, p. 28-29), pelos efeitos na estratégia de relações exteriores (ALMEIDA, 2015, p. 28), considerando entre tantos outros aspectos, o fator de dissuasão que podem produzir (ALBALATE *et al*, 2012, p. 280; HARTLEY & SANDLER, 1995, p. 6).

Além dos militares e dos políticos, a mídia e o setor acadêmico citam os gastos militares como “*uma medida para se aferir o poder militar de uma nação*” (SILVA FILHO & MORAES, 2012, p. 8). Corroborando com o aumento dos gastos militares como forma de mensurar o poder de combate de uma nação, pode ser citado o notório aumento das despesas mundiais neste setor no período da Guerra Fria (1945-1989), quando a ordem mundial era bipolar. Neste período, havia um clima de permanente tensão entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e em função do antagonismo existente ocorreu uma corrida armamentista sem limites, com o consequente aumento dos gastos militares, sendo estes também utilizados como forma de pressão psicológica e indicativo de maior poderio militar (BAYLIS & WIRTZ, 2002, p. 1; SILVA FILHO & MORAES, 2012, p. 7).

Ainda, esta revisão se justifica pela necessidade de consolidação do conhecimento existente, a fim de permitir melhoras no planejamento e obter eficiências práticas no setor Defesa. Os Estados têm imposto frequentes restrições orçamentárias às Forças Armadas nacionais, como resultado de crises políticas e econômicas internas, dos reflexos das crises externas, bem como da incapacidade estrutural de responder à competitividade do mercado globalizado (PACHECO, 1996, p. 137). Com isso, o setor Defesa tem enfrentado desafios crescentes para manter e até elevar seus níveis de desempenho com menos recursos (NAVARRO-GALLERA *et al*, 2013, p. 1). Desta feita, consolidar a base teórica sobre gastos de defesa torna-se elemento indispensável para a aplicação destes conhecimentos de forma eficiente no setor Defesa.

Metodologicamente, foram aplicadas técnicas bibliométricas a fim de realizar a coleta dos artigos científicos disponíveis, em prol de se levantar as referências e avaliar a circulação do conhecimento abordado neste trabalho no ambiente acadêmico (VANTI, 2002, p. 155; ARAÚJO, 2006, p. 12). Desta forma, foram realizadas buscas nos sites Google acadêmico², SciELO³ e ScienceDirect⁴, para os termos-chaves: "gastos", "despesas", "orçamento", isolados e agregados aos termos "defesa" e "militar", no idioma português; "spending", "expenses", "budget", isolados e agregados aos termos "defense" e "military", em inglês; e "gasto", "gastos", "presupuesto", isolados e agregados aos termos "defensa" e "militar", em espanhol.

Tabela 1 - Resultado de pesquisa às bases de dados científicas disponíveis on-line.

Termo em português	GA	SC	SD	Termo em espanhol	GA	SC	SD	Termo em inglês	GA	SC	SD
gastos	759.000	2	2.205	Gasto	828.000	2	327	spending	2.500.000	2	148.980
gastos militares	10.600	0	17	gastos militares	10.600	0	3	military spending	874.000	0	826
gastos de defesa	292	0	0	gastos de defensa	2.530	0	3	defense spending	502.000	1	880
orçamento	219.000	0	69	presupuesto	645.000	3	377	budget	3.160.000	3	89.679
orçamento de defesa	496	0	0	presupuesto de defensa	1.720	0	1	defense budget	705.000	2	583
orçamento militar	760	0	0	presupuesto militar	2.190	0	0	military budget	1.170.000	0	317

Fonte: Resultado de busca realizada em 02 de setembro de 2017 na internet pelo autor.

Legenda: **GA** - Google Acadêmico, sem filtro; **SC** - SciELO, com filtro de "Social Sciences"; e **SD** - ScienceDirect, com filtro das áreas "Economics, Econometrics and Finance" e "Social Sciences" e busca à "Journals".

² Google Acadêmico - <https://scholar.google.com.br/>

³ SciELO - Scientific Electronic Library Online - <http://www.scielo.org/php/index.php>

⁴ ScienceDirect.com | Science, health and medical journals, full text articles and books. - <http://www.science-direct.com/>

Ao verificar os resultados constantes da Tabela 1, percebe-se que o Google acadêmico foi o buscador com maior número de artigos encontrados, entretanto, qualitativamente a aderência dos achados ao tema foi muito baixa por não permitir refinamento da pesquisa por tipo de ciência.

Ao comparar a produção acadêmica por especificidade, fica evidente que a produção científica na área de defesa é reduzida pela comparação dos termos agregados com os termos isolados gastos e orçamento, para todos os idiomas. Comparando as produções acadêmicas no português com as em inglês e espanhol, é nítida a defasagem da produção em português e em espanhol face o inglês. Esta percepção também foi apontada por Domingos Neto (2006, p. 145).

Em virtude da bibliometria realizada, pode-se afirmar que o presente trabalho é relevante a fim de contribuir com a produção acadêmica mundial que ainda é baixa e, principalmente, para a redução do hiato no idioma português. Esse fator encontra eco no fato de que assuntos relacionados com Economia de Defesa são pouco discutidos no Brasil (BRUSTOLIN, 2014, p. 39).

Posto isso, este trabalho tem por objetivo realizar uma revisão de literatura a fim de identificar o atual estado da arte e consolidar o conhecimento existente. A fim de atingir o objetivo proposto, este trabalho foi organizado da seguinte forma: na seção 2 será abordada a problemática de se conceituar o que são gastos militares; e na seção 3 serão apresentados os principais paradigmas envolvidos no estudo dos gastos militares.

2 A PROBLEMÁTICA DA CONCEITUAÇÃO

A conceituação do que são gastos militares apresenta problemas a serem superados (BRZOSKA, 1995a, p. 47). Primeiramente deve-se compreender o campo das ciências a que é afeto o estudo dos gastos militares, a fim de saber o caminho a se percorrer. A classificação correta é o campo das ciências sociais, em específico, a disciplina economia, em virtude de que tanto os conhecimentos de gastos econômicos, como os relacionados à defesa em casos de guerra possuem uso social (BOURDIEU, 2003, p. 34, 67-68, 77, 82).

Empregando a lógica do fluxo circular da economia é possível, a partir do conceito de Produto Interno Bruto (PIB) de um país tentar definir o que é gasto militar. O PIB pode ser compreendido em função

da renda ou dos gastos da nação. Assim, em função dos gastos, o PIB seria o "gasto total com a produção de bens e serviços na economia" (MANKIW, 2004, p. 13). Desta feita, os gastos de um país com defesa é assunto de interesse econômico, podendo "gerar efeitos positivos ou negativos sobre o crescimento econômico de um país." (ALMEIDA, 2001, p. 25). Desta feita, é fácil compreender um outro problema com relação à definição do termo: a manipulação dos dados reais, uma vez que os Estados são livres para definir conforme os próprios interesses e objetivos nacionais, implicando na dificuldade de se realizar comparações entre países (BRZOSKA, 1995a, p. 52, 54)

Para definir gastos militares deve-se possuir certo nível de flexibilidade, uma vez que existem variações de classificações e de registros contábeis entre os países, existindo conceitos diferentes de nação para nação (HERRERA *apud* PULIDO & ESTRELLA, 2013, p. 233; HEYE, 2015, p. 115).

Por exemplo, Scheetz (2004, p. 108) identificou 4 problemas na aplicação da metodologia de gastos militares da Comissão Econômica para a América Latina entre o Chile e a Argentina: 1) a falta de uma definição básica do que são gastos militares, explicando detalhadamente o que deve ser incluído ou excluído do cálculo; 2) uma questão político-econômica específica entre os países resultante da "Lei do Cobre" no Chile; 3) a falta de confiabilidade das informações prestadas pelos países em função da falta de rigor na escrituração contábil; e 4) a falta de transparência sobre as informações chaves referentes aos gastos militares.

Corroborando com a visão acima, Heye (2015, p. 115-116) identifica problemas com as bases de dados internacionais sobre gastos de defesa, citando: 1) a questão de confiabilidade das bases de dados, por serem informadas pelos próprios Estados e existirem questões políticas na decisão do que informar; 2) a questão de padronização metodológica que dificulta comparação, como critérios contábeis; e 3) a questão da falta de transparência sobre as fontes utilizadas para a constituição da base de dados. Em seu estudo emprega como fonte de dados os fornecidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), porque seria o que melhor permite comparação no tempo e no espaço, sendo uma fonte não estatal com reputação. Entretanto, como exposto pelo autor, no caso Brasil o SIPRI apresenta problemas de confiabilidade para alguns períodos.

Desta feita, este trabalho considera útil ter em mente que os gastos militares possuem dois tipos de conceitos: 1) um amplo (*lato sensu*) para efeitos teóricos gerais e 2) um restrito (*strictu sensu*) para cada instituição (governamental ou não) que se propõe a aplicar a teoria à realidade social de um Estado. No contexto não governamental, incluem-se, por exemplo, organismos supranacionais, como a OTAN e a ONU, e instituições como o IISS, *think-thank* britânico, e o SIPRI.

Em relação à conceituação teórica geral, serão analisados conceitos diversos a fim de identificar pontos gerais comuns. Por exemplo, a metodologia para o cálculo dos gastos militares adotada pelo *World Military Expenditures and Arms Transfers (WMEAT)*, dos EUA, apresenta divergências com a adotada pelo IISS no *The Military Balance*, entretanto serão buscados os aspectos semelhantes. Assim, o WMEAT na verdade emprega uma análise de gastos com armas e não de investimentos estatais totais no setor Defesa, razão pela qual a conceituação deixa de ser empregada para efeitos deste trabalho. (CHAMBERLIN, 2004, p. 1). O IISS adota um conceito de que "os gastos militares são definidos como os desembolsos de caixa de um governo central ou federal para cobrir os custos das forças armadas nacionais" (IISS, 2003, p. 10).

Explicando a distinção entre as definições empregadas pelo IISS e pelo WMEAT, o SIPRI apresenta definições para ambos os tipos de gastos:

As despesas militares significam os gastos com os militares em geral, incluindo os gastos com pessoal (ou seja, os salários e benefícios de tropas e pessoal civil), operações e manutenção (ou seja, os gastos com suprimentos em geral, serviços e transportes), equipamentos (por exemplo, armas, outros equipamentos militares e equipamentos não militares), construção (por exemplo, de bases militares) e pesquisa e desenvolvimento. Em geral, os gastos com armas, sistemas de armas e plataformas e outros equipamentos especificamente militares (incluindo a investigação e desenvolvimento de tais equipamentos) constituem mais do que um terço dos gastos militares, e muito menos em países não produtores de armas. (SIPRI, 2016)⁵

⁵ Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex/frequently-asked-questions#1-definition>>; Acesso realizado em 04 set 16.

Assim, pode-se entender que, gastos militares, lato sensu, são os desembolsos financeiros que um Estado realiza para manter as forças armadas nacionais. Em *stricto sensu*, cada Estado possui seu próprio conceito de gastos militares, uma vez que as regras contábeis e o detalhamento do tipo de despesas a ser incluída ou não variam de governo para governo, sendo esta a grande dificuldade para se realizar comparações no nível mundial.

3 PARADIGMAS DE ESTUDO

Embora, o primeiro pensador a conectar a governança de instituições democráticas aos incentivos para a promoção da paz seja Immanuel Kant (1795), atribui-se à Angell (1910) o reconhecimento da guerra como um fenômeno econômico a ter seus custos e benefícios partilhados com todos os cidadãos de um Estado (McGUIRE, 1995, p. 627). Assim, inaugura-se uma visão econômica clássica dos gastos militares, aplicada à política internacional (HUGHES, 2011, p. 102).

Dunne identifica três abordagens aplicáveis às despesas militares: a neoclássica, a liberalista crítica e a marxista (DUNNE, 2015, p. 398). Entretanto, na revisão de literatura foram identificados outros paradigmas aplicáveis. Desta forma, a seguir serão analisados os principais paradigmas encontrados nas obras que tratam sobre gastos militares: economia clássica, neoclassicismo, keynesianismo, keynesianismo militar, estruturalismo e institucionalismo.

Economia Clássica

A teoria econômica clássica pressupõe a liberdade para o mercado se autorregular, sendo o trabalho a principal fonte de riqueza. Dentre os principais autores da escola econômica clássica podem ser citados Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, não havendo coesão nesta classificação e, existindo, inclusive, quem considere o Marxismo um paradigma específico (FIANI, 1990, p. 129).

O clima de "nacional militarismo" que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1GM), de corrida armamentista na Europa sob financiamento da industrialização do século anterior, fez com que Norman Angell entendesse a guerra como um fenômeno econômico (PARADISO, 2002,

p. ix-xii). Desta forma, para Angell, a decisão de um Estado participar de guerras variava em função do nível de democracia existente, onde as autocracias seriam mais propensas de iniciarem guerras que as democracias (1910, p. 164, 245).

À época, existiam aparentes ganhos econômicos para um Estado entrar em guerra, como a ampliação territorial, o acesso à recursos e as indenizações a receber pela vitória. Entretanto, Angell entendia que estes ganhos seriam uma "grande ilusão", por causa da integração comercial de todas as nações no sistema internacional e do fato que as riquezas não poderiam ser confiscadas. Assim, os gastos com defesa seriam infrutíferos para o desenvolvimento (1910, p. 21-29), pois a guerra é uma "falha de entendimento", uma vez que "nunca trouxe lucro para ninguém" (CARR, 2011, p. 106-107).

Uma grande contribuição de Angell foi enxergar as guerras além de um fenômeno econômico, e identificar sua razão moral, como uma questão subjetiva de valores. Assim, as razões para alocar recursos para a guerra são distintas, onde os pacifistas o fazem a fim de prevenir a fome dos filhos e os militaristas a fim de obter oportunidades econômicas advindas com a vitória, por exemplo. (ANGELL, 2011, p. 152-153).

O imperialismo reinante na Europa até o século XIX passou a ser contestado por autores liberais como Adam Smith e David Ricardo, defendendo que o sistema não era idealizado para beneficiar a nação como um todo, e contestavam os elevados gastos militares em função das vidas perdidas e dos investimentos na política expansionista (SILVA, 2015, [s.n.] - verbetes Imperialismo e Império).

Adam Smith inovou ao identificar a existência de relação entre o desenvolvimento econômico e os gastos militares. Ele classificou as sociedades em quatro níveis de desenvolvimento econômico: caçadores, pastores, agricultores e manufatureira, na ordem de desenvolvimento (1976, p. 173-178). Assim, os extremos sociais, sociedades menos e mais desenvolvidas, seriam menos propensas a iniciar guerras devido aos elevados custos de oportunidade, onde sociedade de caçadores não poderiam manter grandes exércitos e longas guerras, bem como sociedades manufatureiras não suportariam o afastamento da mão de obra da produção. Com isso, Smith sugeriu existir uma relação, embora não linear, entre o nível de desenvolvimento econômico e o risco de guerra (ANDERTON & CARTER, 1995, p. 1226-1227).

Para Smith só uma sociedade rica e civilizada seria capaz de manter um exército efetivo, da mesma forma que só este exército seria capaz de defender uma nação rica e civilizada por um período considerável de tempo. Com isso, legislou em prol da existência de uma relação direta entre o desenvolvimento (civilização e prosperidade) do Estado e seus gastos militares, os quais deveriam ser ininterruptos, ocorrendo em tempo de guerra e paz. Por fim, relaciona o aumento do desenvolvimento tecnológico e o aumento dos gastos militares, onde os custos de treinamento, ocorridos desde o tempo de paz, e os custos efetivos da guerra, aumentaram com a invenção das armas de fogo, que exigem treinamento de tiro e munição (1976, p. 178-187).

Em contrapartida, para Palme, a teoria clássica pressupõe que despesas militares são uma forma improdutivo de consumir recursos que seriam exigíveis de outra forma (1982, p. 5). Na mesma senda, Ricardo afirmava que os impostos de guerra só causavam prejuízos, causando inflação, deterioração do sistema produtivo e interrupção das importações e exportações (1827, p. 178, 192-197).

Pelo exposto, pode-se verificar que na economia clássica não há consenso sobre a relação entre desenvolvimento e gastos militares, contudo é neste paradigma que surge a relação dos gastos militares com o bem-estar coletivo, focando Ricardo no custo social da guerra, como o nível de aceitação da ocorrência de mortes. Contudo, é Adam Smith que identifica a relação com o desenvolvimento econômico, em quesitos como civilidade, riqueza e tecnologia bélica. Ainda, em Angell aparece a relação entre os gastos militares com o nível de democracia de um Estado e a importância da questão moral em fazer ou não guerra. Desta forma, infere-se que o paradigma clássico não se limita ao campo econômico, sendo os gastos militares influenciados por fatores sociais e tecnológicos.

Em tempo, o modelo clássico é em si um modelo liberal. Desta feita, considerando que DUNNE identificou o modelo liberal-crítico, o dito paradigma poderia aqui estar inserido. Apesar da presente pesquisa não ter encontrado literatura que embasasse essa classificação, de todo não é ilógica e impossível. Desta forma, cabe apontar o que o citado autor identificou como uma crítica ao modelo clássico, no qual as ameaças externas seriam apenas uma explicação a se dar para a sociedade, uma vez que os gastos militares seriam realmente influenciados por interesses escusos e pressões internas que distorceriam, inclusive,

os interesses nacionais. Assim, os interesses de complexos industriais poderiam tornar os gastos militares até um fardo para a nação, com efeitos adversos sobre a sociedade (1990, p. 398).

Por fim, tratando especificamente da abordagem marxista identificada por Dunne, cabem também explicações. Este paradigma releva maior importância aos militares no desenvolvimento do capitalismo e na acumulação do capital (1990, p. 398-399), embora a teoria marxista seja de cunho ideológico e defenda que a queda da taxa de lucro seja o colapso do próprio sistema capitalista (GOTTHEIL, 1986, p. 583-584). Este esgotamento é defendido por Marx em sua teoria do valor, na qual a desmaterialização da riqueza capitalista e a tendência decrescente da taxa de lucro são melhor explicadas (2008, p. 12). Em que pese exista quem afirme o contrário (VALENZUELA FEIJÓO, 2006), diante da ruptura da URSS, da queda do muro de Berlim e do Consenso de Pequim – que combina *"um sistema político autoritário e uma economia onde a mão invisível do Estado conduz o mercado"* (MAH, 2013, p. 53), deixa-se de aprofundar este paradigma, pela sua exposta ineficiência histórica de se autossustentar economicamente.

Neoclassicismo

O neoclassicismo parte do pressuposto básico que o mundo é essencialmente ordenado e racional, cabendo à ciência econômica desvendar as regras racionais deste ordenamento, que se realizam independente da vontade e da consciência dos indivíduos (PAIVA & CUNHA, 2008, p. 22). Ignora a demanda por entender que todos os resultados produzidos dão uma visão parcial do contexto de desenvolvimento (DEGER & SEN, 1995, p. 281).

Os economistas neoclássicos não são unânimes, havendo correntes distintas, ora defendendo um radicalismo cartesiano em que o desequilíbrio é uma ilusão – "novos clássicos", ora admitindo alguns fundamentos keynesianos, e aceitando que o desequilíbrio pode ocorrer momentaneamente. Entretanto, todos os neoclássicos, no longo prazo, concordam que as forças de mercado impõem o equilíbrio, sendo esta racionalidade o fundamento característico do paradigma (PAIVA & CUNHA, 2008, p. 22).

Este paradigma assume que o Estado deseja maximizar o bem-estar em função da segurança, do consumo total e da população,

entre outras variáveis econômicas. Entretanto, em virtude da subjetividade da segurança, onde alianças políticas a afetam sem alterar os gastos militares, e por considerar que é um bem estocável, a substitui por outras variáveis estratégicas quantificáveis (SMITH, 1995, p. 71-74). Ainda, há um consenso social e democrático nesta função de bem-estar estatal no qual a Base Industrial de Defesa é o modo mais eficaz de produzir o nível ótimo de segurança, justificando as despesas militares para investimentos neste setor da economia nacional (DUNNE, 1995, p. 409-410).

Em virtude desse paradigma adotar como objeto da Economia a ação racional, ignora "*nível de emprego, preços dos diversos bens, renda nacional, inflação, taxa de câmbio, taxa de juros, etc*", por serem dissociáveis da economia racional, ou as considera aparentemente irracionais, e por tanto irrelevantes (PAIVA & CUNHA, 2008, p. 23).

Útil para analisar o comércio de armas, o volume comercializado e o preço relativo das armas. Existem três variáveis do modelo neoclássico: gastos, tecnologia de produção e dotação de recursos (ANDERTON, 1995, p. 536-537), deixando a simples oferta e procura do modelo clássico em prol de uma abordagem mais microeconômica.

As críticas realizadas ao paradigma se fundamentam no fato de que: o racionalismo empregado, dirigido ao fim e sem considerar o comportamento humano, restringe as escolhas que podem induzir à previsibilidade (SMITH, 1995, p. 71-74); e não considera a realidade observável (DUNNE, 1990, p. 398)

O keynesianismo e o keynesianismo militar podem ser compreendidos dentro do contexto da síntese neoclássica, como uma "*adição e não uma sucessão de paradigmas*", sendo a "Teoria Geral" (1973) de Keynes o auge da "Riqueza das Nações" de Adam Smith. Entre os argumentos adotados nesta postura estão, em Keynes, a não fuga dos três elementos básicos do neoclassicismo: o reducionismo no indivíduo, a racionalidade e a noção de equilíbrio. Ainda, Keynes, como um liberal, não teria rompido com o neoclassicismo, uma vez que este é mais metodológico que ideológico (SAMUELSON, 1997, p. 5, 9-10). Apesar disto, serão abordados, cada um deles – keynesianismo clássico e militar, como paradigmas próprios, uma vez que possuem características que os diferenciam, com base nas seguintes obras de Keynes: "Teoria Geral de Keynes" (1973) e "Como Financiar a Guerra" (1940), respectivamente.

Keynesianismo

O modelo keynesiano foi muito empregado para explicar as economias de mercado ocidentais durante os anos de 1960 e 1970 (BRZOSKA, 1995b, p. 1188). Entre as principais causas da crise do modelo está a sua incapacidade de resistir à intensificação da crise durante a década de 1970, envolvendo o choque do petróleo, desemprego, estagnação, aumento da concorrência global, queda dos lucros e dividendos, queda no mercado de ações, entre outros problemas econômicos (BIN, 2016, p. 109). Assim, os gastos militares foram um mecanismo para os EUA estimular a economia quando em recessão (DeGRASSE Jr, 1983, p. 5).

O keynesianismo pressupõe que o crescimento e a formação do capital são dependentes da demanda agregada, incluindo a demanda gerada pelo setor Defesa, estando diretamente relacionada aos gastos militares (DEGER & SEN, 1995, p. 281). Desta forma, este paradigma possui uma abordagem em que o aumento na renda e nas despesas gera também o aumento na demanda agregada que, por sua vez, facilitará a resposta da oferta em regiões com excesso de capacidades (BRADDON, 1995, p. 503).

No keynesianismo o método de se aumentar a demanda agregada para resolver problemas de recessão é aumentar os gastos do governo, pois além de serem um componente grande o suficiente para gerar flutuações no PIB, também é em grande parte responsável pela estabilidade econômica (MAJESKI, 1992, p. 219).

Assim, os gastos militares são questão de política pública. Diferente de Adam Smith, que considera os gastos militares improdutivos, para o keynesianismo as despesas militares geram empregos para as pessoas, mesmo que não exista base industrial no país, em virtude de outras necessidades como a construção civil de bases militares (PALME, 1982, p. 10-11, 18). Assim, os gastos militares são uma fonte de demanda agregada de bens e serviços, cujos valores positivos estimulam a economia pelo efeito multiplicador da renda (PIERONI *et al*, 2008, p. 676).

Desta forma, o modelo keynesiano pressupõe que os gastos militares geram alterações nas condições econômicas de uma nação ao ponto de ocorrerem recessões se a demanda agregada estiver abaixo da oferta resultante da capacidade produtiva, resultando em desemprego e crescimento negativo (MAJESKI, 2003, p. 219).

Por fim, cabe destaque para o fato de que o keynesianismo da Teoria Geral, cuja obra consagrada foi publicada em 1973, nasceu ao longo da década de 1930, evoluindo até a década de 1950, como resposta à crise de 1929, principalmente. Com isso, buscava-se eliminar os dois principais problemas vividos à época: a recessão e o desemprego. A solução proposta era a aplicação de políticas heterodoxas que manipulassem a taxa de juros, a fim de incentivar o investimento pelo aumento dos gastos governamentais agregados, inclusive os gastos militares, aquecendo, com isso, a economia e gerando empregos. (KEYNES, 1973)

Keynesianismo Militar

Para Smith, o modelo que explica os gastos militares dos EUA seria classificável como um "modelo 'racional' do keynesianismo militar", porque tenta explicar o aumento destes gastos pela necessidade de compensar a tendência de estagnação (1995, p. 76). Esta teoria econômica, posta em prática nos EUA, foi capaz de expandir a economia e mantê-la estável até início da década de 1970, quando os elevados gastos governamentais no setor já não eram mais tão relevantes para a criação de empregos e aumentos salariais do operariado. No período, o fator que é considerado principal para manter a relação positiva entre gastos militares e crescimento econômico foi a parceria entre indústrias-liderança civil-militares, conhecida como "Triângulo de Ferro" (CYPHER, 2007, p. 57).

Foi no período de 1949 até 1976 que este paradigma mais influenciou a economia dos EUA, tendo utilidade seu estudo de forma agregada ou não. De forma agregada, é útil para analisar seus reflexos sobre a economia como um todo, contudo os gastos militares com pessoal, por exemplo, servem para analisar, especificamente, os efeitos sobre o desemprego (MINTZ & HICKS, 1984, p. 417)

Cypher defende que o paradigma do militarismo global neoliberal surgiu a partir da decadência do keynesianismo militar nos EUA, no início da década de 1970, pois os elevados gastos com Segurança Nacional não proporcionaram o crescimento econômico esperado. Com isto, o modelo que impulsionou a economia norte-americana do "Triângulo de Ferro", combinando interesses das indústrias de manufatura e alta tecnologia, do poder político estatal aliado à liderança civil no Pentágono e dos militares, teve que ser modificado

para o modelo privatizador em que o Estado deixava de investir no setor, mas passava a regulá-lo a fim de manter aquisições de sistemas de armas adequadas às suas necessidades. O “suposto novo paradigma” teria sua base nas privatizações do Setor de Defesa, que, para obter o acesso à serviços essenciais, passou a terceirizá-los, além de garantir aquisições constantes de sistemas de armas complexos em substituições aos investimentos em desenvolvimentos e parcerias. Defende também que este “novo” paradigma ganhou impulso com os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, não sendo mais motivado por questões econômicas apenas, como inflação, mas também por questões de Segurança Nacional, trocando a racionalidade pela irracionalidade que o terrorismo incluiu nos gastos militares dos EUA (CYPHER, 2007, p. 57-59, 64).

Contudo, na verdade, a prática do keynesianismo militar pode ser exemplificado pelas práticas orçamentárias introduzidas no orçamento de Reagan, de 1981 até 1989 (CUSACK, 2003, p. 103). Na realidade, o neoliberalismo é apenas uma forma ortodoxa de keynesianismo (NAVARRO, 1991, p. 204), o keynesianismo milita, recrudescido por questões psicossociais diante da guerra ao terrorismo.

Por fim, cabe destaque para o fato de que o keynesianismo militar surgiu no início da Segunda Guerra Mundial, quando a Inglaterra tinha que financiar a guerra, sendo esta a realidade vivida por Keynes quando publicou o panfleto de 1940 *“How to Pay for the War”*. Os problemas aos quais procura solução não são mais a estagnação e o desemprego, como no paradigma keynesiano clássico, mas o combate à inflação, a fim de não prejudicar a população como um todo e privilegiar a parcela mais rica. Com isso, ao invés de defender os gastos militar para incentivar a economia, no paradigma keynesiano militar busca-se estimular a poupança e ampliar a tributação, a fim de financiar a guerra e proporcionar meios de recuperação econômica pós-guerra. Interessante, que Keynes demonstra uma preocupação psicológica e social ao visualizar a economia antes, durante e após a guerra, de maneira que não ocorra uma sobrecarga da população e o Estado garanta que os ricos financiem a guerra. Assim, para que o Estado obtenha a eficiência da Política de Defesa teria que considerar: a Política Monetária (taxa de juros), a Política Fiscal (gastos militares) e os impostos (sobretaxa do esforço de guerra). (KEYNES, 1940).

Estruturalismo

Em que pese os modelos tradicionais tenham sido desenvolvidos para uma realidade europeia e norte-americana de países desenvolvidos, há quem os empregue para países em desenvolvimento, como Stewart que modelou os gastos militares segundo o paradigma keynesiano (*apud* DEGER & SEN, 1995, p. 291). Entretanto, existem críticas sobre sua aplicabilidade para explicar a realidade de países em desenvolvimento, surgindo novos paradigmas focados no dualismo ou dicotomia que caracteriza a estrutura socioeconômica destes países. A escola estruturalista, por exemplo, enfatiza a demanda e a oferta, sendo o setor Defesa analisado de forma desagregada (DEGER & SEN, 1995, p. 284). Ainda, cabe destaque que este paradigma é considerado apto para caracterizar a tradição kantiana na América Latina (PAIVA & CUNHA, 2008, p. 25).

O paradigma estruturalista, apesar de ser uma forma de racionalismo, estuda o setor Defesa de forma própria. Partindo do kantismo, defende que há uma ilusão na associação cartesiana, onde a racionalidade humana não corresponde à realidade, ou seja, não é universal. Em outras palavras, a razão é plástica e mutável, induzindo a afirmar que os sistemas sociais e econômicos são múltiplos e diferenciados, exigindo amplas e profundas pesquisas em múltiplas áreas das Ciências Sociais, a fim de embasar a modelagem da estrutura essencial de cada sistema social e econômico. Assim, a lógica e o raciocínio dedutivo não são suficientes, mas necessários à construção de modelos racionais consistentes que se fundamentem também na observação e sistematização do observado. Desta feita, o paradigma estruturalista valoriza, além das teorias econômicas para formulação dos modelos racionais, o empirismo como "Crítica da Razão". (PAIVA & CUNHA, 2008, p. 24-27).

Uma possibilidade para superar esse problema é o emprego da modelagem econométrica. Baldwin já colocava em 1971 a econometria ao lado do estudo de teorias econômicas avançadas como a principal estrada empregada pelos cientistas políticos (1971, p. 614). Entretanto, seu uso tem um pré-requisito a ser atendido, que é a modelagem realista do setor público, pois sem o qual não é possível avaliar o impacto dos gastos militares sobre a economia em âmbito

nacional, havendo aspectos a ser considerados: primeiramente, deve empregar variáveis instrumentais relacionadas aos decisores políticos; e, depois, o modelo deve ser capaz de captar adequadamente o impacto das ações governamentais (LEE, 1970, p. 153).

A utilidade da abordagem econométrica é controversa na literatura, recebendo: status de metodologia enganosa; status descritivo - pela explicação do fenômeno sem teorias para realizar previsões ou resumos de características específicas; e status casual ou estrutural - no qual é exigido um modelo teórico prévio ao modelo econométrico. Entretanto, os resultados empíricos têm aumentado a percepção de utilidade da econometria e sugere-se o emprego da teoria como forma de aumentar a eficiência da estimativa, valorizando os testes como forma de verificar a confiabilidade do modelo (SMITH, 1995, p. 80-81).

A grande maioria dos modelos econométricos ligados ao setor defesa busca compreender a relação entre gastos militares, com a ênfase na ocorrência de conflitos, e crescimento econômico ou desenvolvimento, enfatizando algumas vezes a base industrial de defesa (DEGER & SEN, 1995; DUNNE, 1995). Poucos modelos foram realizados com enfoque diversos, como processo de aquisição (ROGERSON, 1995) ou de alistamento militar (WARNER, 1995), por exemplo.

Em que pese a análise acadêmica considere os gastos militares como o melhor indicador da atividade militar, existem limites a serem considerados em qualquer análise de regressão, pois não existe coesão sobre o conceito do que é gasto militar (BRZOSKA, 1995a, p. 64). Ainda, a escolha das variáveis passa por questões de natureza ideológica, moral, psicológicas e políticas, não apenas internas, em relação aos decisores políticos nacionais, mas também externas em relação aos adversários (WOLFERS, 1952, p. 491). Desta forma, é difícil comparar modelos, porque, muitas vezes, empregam pressupostos teóricos distintos que interferem na escolha das variáveis, sendo cada um dos modelos próprios à realidade de cada país em análise para um determinado momento no tempo, por isso a metodologia é afeta ao paradigma estruturalista.

Institucionalismo e neo-institucionalismo

O institucionalismo baseia-se nas ideias de Hegel e sua filosofia realista. O hegelianismo parte da ideia que nem a realidade e nem a racionalidade são imutáveis, evoluindo a partir de tensões. Assim, "a História existe e acompanha o desenvolvimento da razão" sem ser esta "a fonte supra-Histórica da História" em uma "revolução permanente" que engloba todos os demais paradigmas como forma de reação à realidade e à racionalidade (PAIVA & CUNHA, 2008, p. 27-33).

De igual forma que o estruturalismo, o institucionalismo valoriza os dados, entretanto, devido à falta de sistematização de um núcleo teórico, em sua origem, deixou de ser valorizado no meio acadêmico. Esta abordagem emprega uma perspectiva baseada nos conceitos de hábito e de evolução do comportamento humano e das instituições, sendo denominada de "velho" institucionalismo. Com o surgimento de métodos quantitativos, a partir das décadas de 1980 e 1990, passou a empregar as teorias causais para fundamentar as modelagens matemáticas. A não adoção do hábito como ponto de partida para definir as instituições e sim como uma forma de regular o comportamento da sociedade é denominada de "novo" ou neo-institucionalismo. (HODGSON, 1998, p. 166-169, 173-174).

O neo-institucionalismo é uma perspectiva teórica empregada pela ciência política que atrai certa crítica, quer seja pela falta de unidade entre seus defensores (HALL & TAYLOR, 2003, p. 193), quer seja pela falta de aceitação entre economistas como um paradigma econômico (DEQUECH, 2011, p. 616).

Não se pode negar a importância econômica do referido paradigma em aproximar a sociologia da economia pela aceitação do homem como "ator econômico racional", não havendo *trade-off* entre as visões do "velho" e do "novo" institucionalismo. Assim, o neo-institucionalismo aceita que as instituições sofrem influência dos indivíduos no nível microeconômico (comportamento) e o "velho" institucionalismo considera as instituições como base da análise dinâmica, sendo este o nível macroeconômico (HODGSON, 1998, p. 189-190).

Em relação aos gastos militares, os institucionalistas têm problema em explicar situações críticas que causam mudanças institucionais importantes. Os institucionalistas históricos, tendem a

insistir no impacto das crises econômicas e dos conflitos militares como explicação dessas mudanças, contudo, segundo Hall e Taylor, a literatura ainda não dedicou a atenção necessária ao tema. (2003, p. 201). Entretanto, como exposto por Lopes, a matriz institucional da URSS sofreu inúmeras reformas sem resultados eficientes como o consequente declínio da economia a partir de 1985 (2013, p. 626). Desta forma, fica demonstrado o motivo das fortes críticas que sofre dos pensadores econômicos.

4. CONCLUSÃO

Os governos valorizam o assunto gastos militares, por ser questão de Segurança Nacional e estar ligado à economia e ao desenvolvimento do Estado.

Em relação à conceituação do termo, percebe-se que existe um núcleo duro, em um sentido amplo, contudo cada Nação possui seu conceito próprio em sentido restrito por razões diversas, havendo forte apelo econômico. Desta forma, a comparação dos gastos militares entre Estados torna-se tarefa árdua e extenuante, porque não há como comparar "coisas" diferentes, embora similares.

A guerra, como fenômeno econômico, não pode ser negligenciada, havendo também questões sociais, psicológicas e tecnológicas a serem consideradas para se entender o referido fenômeno. Todas estas questões influenciam no conceito de gastos militares de uma Nação e devem fazer parte dos estudos para se determinar o quanto o governo deve gastar no setor Defesa.

Assim, embora existam vários paradigmas possíveis de serem empregados, na atualidade o que vem norteando os estudos tem sido o emprego de métodos quantitativos. Desta forma, os paradigmas do institucionalismo e do estruturalismo ganham vantagem em relação aos demais por permitirem o estudo econométrico, onde a teoria racional, que consideram mutável, pode ser testada empiricamente.

Em virtude da revisão crítica da literatura realizada e da identificação da real problemática em conceituar o que é gasto militar, não apenas em sentido amplo, como na especificidade do conceito restrito a cada país, percebe-se que a escolha do paradigma a se empregar na conceituação é outro problema a se considerar quando se pensa de forma econômica. Por conseguinte, em virtude das

dificuldades apresentadas, entende-se que o objetivo de consolidar o atual estado da arte no tema foi atingido de forma parcial, uma vez que existe inúmeras nuances impossíveis de serem plenamente abordadas no limite de páginas de um artigo e ser o termo gasto militar repleto de subjetividade.

Por fim, em relação à produção científica em português, espera-se que esta obra possa servir de incentivo a estudos pormenorizados que abordem de forma mais específica questões aqui apenas apresentadas.

REFERÊNCIAS

ALBALATE, Daniel; BEL, Germà; ELIAS, Ferran. Institutional determinants of military spending. **Journal of Comparative Economics**, v. 40, n. 2, p. 279-290, 2012.

ALMEIDA, Carlos Wellington de Almeida. Economia e orçamento para a defesa nacional. **Revista do TCU**, v. 32, n. 90, p. 22-33, out/dez./2001.

_____. **Orçamento de defesa no Brasil**: evolução e perspectivas. Rio de Janeiro: ESG, 2015.

ANDERTON, Charles H.. Ch 18 - Economics of arms trade. **Handbook of Defense Economics - v. 1**, Editado por Keith Harley e Todd Sandler. North Holland: Elsevier, p. 522-561, 1995.

_____; CARTER, John R. Chapter 35 - A survey of peace economics. **Handbook of Defense Economics - v. 2**, Editado por Keith Harley e Todd Sandler. North Holland: Elsevier, p. 1211-1258, 1995.

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Publicado originalmente em 1910), 2002.

_____. Economics and the moral case for war *in* **Security Studies - A reader**. Editado por Christopher W. Hughes e Lay Yew Meng. London & NY: Routledge, p. 151-156, 2011.

ARAUJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan/jun, 2006.

BALDWIN, David A. Money and Power. **Journal of Politics**. v. 33, n. 3, p. 578-614, 1971.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. **Introduction**. In: _____. **Strategy in the Contemporary World: an introduction to strategic studies**. London: Oxford University Press, 2002. p. 1-14.

BIN, Daniel. The Politics of financialization in Brazil. **World Review of Political Economy**. v. 7, n. 1, p. 106-126, 2016.

BÖHMELT, Tobias; BOVE, Vincenzo. Forecasting military expenditure. **Research and Politics**. apr-jun, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

BRADDON, Derek. Ch 17 - The regional impact of defense expenditure. In: **Handbook of Defense Economics - v. 1**, Editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 490-522, 1995.

BRUSTOLIN, Vitelino Marcos. Dimensões e aplicações do Orçamento de Defesa do Brasil. **Mural Internacional**, v.5, n. 1, p. 38-45, jan-jun/2014.

BRZOSKA, Michael. Ch 3 - World Military Expenditures. In: **Handbook of Defense Economics - v. 1**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 46-67, 1995a.

_____. Ch 34 - Success and failure in defense conversion in the 'long decade of disarmament'. In: **Handbook of Defense Economics - v. 2**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 1177-1210, 1995b.

CARR, E. H. The nemesis of utopianism. In: **Security Studies - A reader**. editado por by Christopher W. Hughes e Lay Yew Meng. London & NY: Routledge, p. 105-117, 2011.

CHAMBERLIN, Jeffrey. **Comparisons of U.S. and Foreign Military Spending: Data from Selected Public Sources**. CRS Report for Congress. 2004.

CUSACK, Thomas R.. On the Domestic Political-Economic sources of American Military Spending. In: **The political economy of military spending in the United States**. Editado por Alex Mintz. USA & Canada: Routledge - Taylor & Francis e-Library, p. 103-131, 2003.

CYPHER, James M. La reestructuración de la política económica armamentista en EEUU: Más allá del keynesianismo militar. **Revista de la Escuela de Administración y Economía**, n. 23, Chile: Oikos, p. 51-76, 2007.

DEGER, Saadet; SEN, Somnath. Ch 11 - Military Expenditure and Developing Countries. In: **Handbook of Defense Economics - v. 1**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 274-307, 1995.

DeGRASSE Jr, Robert W. Military Spending and Jobs. **Challenge**, v. 26, n. 3, Taylor & Frances, p. 4-15, 1983.

DEQUECH, David. Instituições e a relação entre economia e sociologia. **Revista Estudos Econômicos**. V. 41, n. 3, p. 599-619, 2011.

DOMINGOS NETO, Manuel. Defesa e Segurança como área do conhecimento científico. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 136-149, 2006.

DUNNE, Paul. The political economy of military expenditure: an introduction. **Cambridge Journal of Economics**, v. 14, n. 4, Oxford University, p. 395-404, Dec. 1990.

_____. Ch 14 - The defense industrial base. In: **Handbook of Defense Economics - v. 1**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 399-430, 1995.

FIANI, Ronaldo. Teoria econômica clássica e teoria econômica marginalista. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 4 (40) , p. 128-137, out./dez., 1990.

GOTTHEIL, Fred M. Marxism and Military Spending: A Reply. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 8, n. 4, Taylor & Francis, p. 581-584, Summer, 1986.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-224, 2003.

HARTLEY, Keith; SANDLER, Todd. Ch 1 – Introduction. In: **Handbook of Defense Economics - v. 1**, editado por Keith Harley e Todd Sandler, Noth Holland: Elsevier, p. 1-11, 1995.

HEYE, Thomas Ferdinand. Democracia, controle civil e gastos militares no Pós-Guerra Fria: uma análise realista. **Carta Internacional**. v. 10, n. 1, p. 105-134, jan-jun 2015.

HODGSON, Geoffrey M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, p. 166-192, 1998.

HUGHES, Christopher W; MENG, Lay Yew. Introduction - Part 2 - Security Paradigms. In: **Security Studies** - A reader. Editado por Christopher W. Hughes e Lay Yew Meng. London & NY: Routledge, p. 101-103, 2011.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS, **The Military Balance**: 2003-2004, Oxford University Press, 2003.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Coleção Os Economistas. Tradução de Mário R. da Cruz. E Paulo de Almeida. São Paulo: Nova Cultura, (Publicado originalmente em 1973), 1996.

_____. **Como Financiar a Guerra**: Um plano radical para o Ministério da Fazenda. Ministério da Marinha, (Publicado originalmente em 1940), 1970.

LEE, Maw Lin. Impact, Pattern, and Duration of New Orders for Defense Products. **Econometrica**, EUA: The Econometric Society, v. 38, n. 1, p. 153-164, jan. 1970.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglas North. **Brazilian Journal of Political Economy**.v. 33, n. 4, p. 619-637, 2013.

MAH, Luís. A emergência do modelo de desenvolvimento chinês. **Relações Internacionais [online]**. n.38, p.45-56., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n38/n38a05.pdf>; Acessado em: 13 out. 2016.

MAJESKI, Stephen J. Defense Budgeting, Fiscal Policy, and Economic Performance In: **The political economy of military spending in the United States**. Editado por Alex Mintz. USA & Canada: Routledge - Taylor & Francis e-Library, p. 217-237, 2003.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

McGUIRE, M.C. Chapter 21 - Economics of Defense in a Globalized World. *in* **Handbook of Defense Economics - v. 2**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 622-648, 1995.

MINTZ, Alex; HICKS, Alexander. Military Keynesianism in the United States, 1949-1976: Disaggregating Military Expenditures and Their Determinantion. **American Journal of Sociology**, v. 90, n. 2, p. 411-417, 1984.

NAVARRO, Vicente. Welfare e "keynesianismo militarista" na era Reagan. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 189-210, Sept. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 Oct. 2016.

NAVARRO-GALERA, A.; MUÑOZ-LEYVA, F.; IVÁN, R.; MATURANA, O.; RUBIO, J. L.. Factors Influencing the Modernization of Military-Investment Economic Appraisal Systems. **Defence and Peace Economics**, 2013.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 6, p. 113-140, jun. 1996.

PAIVA, Carlos Águedo nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2008.

PALME, Olof, et al. Military spending: the economic and social consequences. Taylor & Francis, **Challenge**, v. 25, n. 4, p 4-21, sep/oct. 1982.

PARADISO, José. **Prefácio à edição brasileira**. In: ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

PIERONI, Luca; D'AGOSTINO, Giorgio; LORUSSO, Marco. Can we declare military Keynesianism dead? **Journal of Policy Modeling**, n. 30, p. 675–691, 2008.

PULLIDO, William Vargas; ESTRELLA, Enit Godoy. Impacto del gasto de la defensa en el crecimiento económico de Colombia en los últimos veinte años. **Rev. Cient. Gen. José María Córdova**, Bogotá, v. 11, n. 11, p. 227-257, Jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-65862013000100011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03 Sept. 2016.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Coleção Os Economistas (tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni). São Paulo: Nova Cultural, (Publicado originalmente em 1827) 1996.

ROGERSON, William P. Ch 12 - Incentive models of the defense procurement *in* **Handbook of Defense Economics - v. 1**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 309-346, 1995.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Fundamento da análise econômica**. Tradução de Paulo de Almeida. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural-FUNAG, 1997.

SCHEETZ, Thomas. Una evaluación del documento cepalino: "Metodología estandarizada común para la medición de los gastos de defensa". **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**, a. 18, n. 1-2, p. 107-121, Santiago de Chile, 2004.

SILVA, Francisco. **Enciclopédia de guerras e revoluções**: vol. I (1901-1919): a época do imperialismo e da Grande Guerra (1914-1919). Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SILVA FILHO, Edison Benedito da; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Dos "dividendos da paz" à guerra contra o terror**: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da guerra fria – 1991-2009. Textos para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - Brasília, n. 1754, Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2012.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Coleção Os Economistas (tradução de Luiz João Baraúna). v. 2. São Paulo: Nova Cultural, (Publicado originalmente em 1976), 1996.

SMITH, Ron. Ch 4 - The Demand for Military Expenditure *in* **Handbook of Defense Economics - v. 1**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 69-87, 1995.

Stockholm International Peace Research Institute - **SIPRI**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex/frequently-asked-questions#1-definition>> Acessado em: 03 set 16.

VALENZUELA FEIJOO, José. Socialismo y marxismo: ¿dos cadáveres? (Regímenes burocrático-autoritarios y marxismo vulgar). **Andamios** [online]. 2006, vol.3, n.5, p.129-162. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/anda/v3n5/v3n5a8.pdf>; Acessado em: 13 out 2016.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 369-379, Aug. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000200016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 02 Sept. 2016.

WARNER, John T. Ch 13 - The economics of military manpower. In: **Handbook of Defense Economics - v. 1**, editado por Keith Harley e Todd Sandler,. Noth Holland: Elsevier, p. 347-398, 1995.

WOLFERS, Arnold. "National Security" as an Ambiguous Symbol. **Political Science Quarterly**, v. 67, n. 4, p. 481-502, dec. 1952.